

Trocas, facções e partidos: um estudo da vida política em Araruama-RJ¹

Ana Cláudia Coutinho Viegas

Doutora em Antropologia Social – (Museu Nacional / UFRJ)

Professora do Departamento de Comunicação da PUC-RJ

Resumo: A partir de uma análise das eleições municipais de 1996 em Araruama-RJ, examinam-se as relações de trocas, favores e teias de compromisso da política, tal como ela é percebida pelos atores sociais de uma comunidade onde predomina a “política de facções”. Discute-se a formação e a atuação dos partidos nesse contexto da política faccional, enfatizando-se a pessoalidade das relações que geram as alianças políticas, assim como o caráter efêmero e vulnerável das filiações partidárias, dada a precária correspondência entre os partidos políticos em sua existência legal e os agrupamentos que realmente se mobilizam durante as eleições.

Unitermos: Eleições, trocas, facções, partidos políticos

Quando escolhi trabalhar com a vida política na cidade de Araruama, tive o cuidado de não tomar esse campo como uma instância social objetiva, ao lado de outras: o econômico, o religioso, o jurídico... Considerando que aquilo que é recortado como “política”, pretexto para a disputa pelo poder, varia de sociedade para sociedade, torna-se fundamental tentar compreender como a política é percebida, já que o que é pensado como constituindo a política tem um efeito objetivo sobre a ação dos atores sociais, dos atores políticos. Numa sociedade complexa, a política possui diferentes dimensões, não sendo esse campo alguma coisa homogênea, concebida em termos de umas poucas relações preestabelecidas.

A opção por esse campo se deve à hipótese de que este domínio constitui um *locus* privilegiado onde se articulam o social e sua representação. No caso particular de Araruama, aí se dramatizam aspectos cruciais, como a definição da identidade do araruamense por contraste com as pessoas “de fora”, as disputas entre famílias “tradicionais”, o jogo entre o “tradicional” e o “moderno”, que podem dar inteligibilidade ao conjunto da vida social nessa cidade.

Logo tornou-se evidente que a política, nesse município, só aparece como tal no momento das eleições, quando ela perturba a vida cotidiana. Atividades ligadas a sindicatos, associações, cooperativas não são consideradas pela população como políticas, mas sim atividades de assistência ou simplesmente prestação de serviços. Essa descontinuidade entre política e cotidiano estabelece um certo recorte social do tempo, uma espécie de calendário: o tempo da política, período que antecede as eleições e prepara a redistribuição de poder que elas operam na

sociedade local.

Desde 1924, quando separaram-se os Poderes Executivo e Legislativo (até então exercidos ambos pelas Câmaras Municipais) e criaram-se as Prefeituras Municipais, sucederam-se no poder representantes das “famílias tradicionais” de Araruama: Vasconcellos, Lessa, Raposo, Castanho, Valladares, Carvalho. Em 1977, elegeu-se Altevir Vieira Pinto Barretto, proveniente de Petrópolis, morando em Araruama há cerca de dez anos, um dos fundadores do antigo MDB local e que havia sido o Secretário Geral da Prefeitura na gestão anterior (de Afrânio Valladares). Seu governo, contemporâneo das mudanças motivadas pela Ponte Rio-Niterói e do conseqüente aumento do fluxo de pessoas “de fora” para a cidade, é identificado como um tempo de transformações e de abertura do acesso ao poder a pessoas que não faziam parte das elites locais. Daí em diante, alternaram-se prefeitos “filhos de Araruama” com esse mesmo “forasteiro” (como ele próprio diz ainda ser considerado). Seus respectivos “grupos” políticos constituem as duas principais facções² da cidade, que ocuparam, alternadamente, no exercício do poder no município, ao longo desses anos, as posições de “situação” e “oposição”, nas quais as negociações em torno do sentimento de pertencimento à comunidade funcionam como fontes de poder.

O material utilizado como fonte de pesquisa foi bastante diversificado: jornais locais, publicações sobre o município, entrevistas com candidatos a prefeito e a vereador nas eleições municipais de 1996 e outras pessoas ligadas à vida política da cidade, anotações resultantes da observação de eventos dessa campanha eleitoral (reuniões de partidos, lançamentos de candidaturas, inaugurações de comitês, comícios, carreatas, o dia das eleições, a apuração dos votos, etc.), documentos oficiais, como fichas de inscrição de candidatos e mapas de apuração do T R E.

O trabalho de campo, realizado no período de setembro de 1995 a novembro de 1996, teve como foco principal a campanha para as eleições municipais de 1996, sendo escolhido como universo da pesquisa o mundo dos atores políticos: candidatos a prefeito e a vereador, presidentes de partido, organizadores das campanhas. Embora, por uma questão de delimitação do trabalho, tenha priorizado a atuação dos candidatos ao cargo majoritário, procurei, sempre que possível, trabalhar relações entre estes e os candidatos ao Legislativo.

Desde o início, percebi que teria de adotar como estratégia de aproximação e entrada no campo as redes de relações pessoais, ou seja, era necessário o contato com um elemento-chave que me desse acesso aos informantes desejados. A minha aceitação dependia muito mais das relações pessoais que desenvolvesse do que das explicações que eu pudesse dar. As poucas tentativas iniciais de um contato impessoal, apresentando-me como uma doutoranda em Antropologia Social, do Rio de Janeiro, pesquisando a vida política de Araruama, não se mostraram frutíferas. À medida, entretanto, que as pessoas me identificavam como amiga ou parente de alguém conhecido, as portas se abriam à observação, informações, diálogo.

Como, apesar de quatro candidatos a prefeito em campanha, a disputa se polarizou entre dois, foi necessário muito cuidado para que as relações com um “grupo” não atrapalhassem o acesso ao outro. Em nenhum momento, poderia levar as pessoas a pensarem que eu estava torcendo por alguma das facções. Some-se a isso o fato de que eu já possuía várias relações de amizade com integrantes de um dos “lados”. Tendo iniciado o trabalho de campo acompanhando atividades desse grupo, através de uma amiga, que funcionava como uma “informante privilegiada”, precisei fazer contato com uma pessoa de função mais ou menos equivalente a ela, que promovesse a minha entrada no outro “grupo”: alguém bastante próxima ao candidato majoritário, que fizesse parte da organização da campanha, mas não tivesse o envolvimento de um candidato.

Reconstituindo a história de vida dos candidatos a prefeito municipal de Araruama em 1996, foi possível mapear um sistema social marcado por trocas de favores e laços de sangue. Às “famílias tradicionais” – categoria inventada e reinventada constantemente, dentro do jogo entre a tradição e o moderno – se atribui grande poder simbólico, intrinsecamente ligado ao poder político³, de forma que as relações familiares nos fornecem um mapa social da cidade. A construção de identidades sociais e políticas está intrinsecamente ligada à importância simbólica da família e das relações de parentesco.

A oposição entre os “da cidade”, os *old-established*, e os “de fora”, os *outsiders* – fundamental para a definição do araruamense – se entrecruza com a antítese tradição/modernidade, de modo que essas categorias estabelecem diversas combinações entre si que as relativizam, fazendo com que não devam ser reificadas, mas compreendidas, na sua complexidade e heterogeneidade, como argumentos discursivos. Assim como o “local” se constrói por meio de conflitos e negociações, o “novo” também não deve ser entendido simplesmente como uma abertura para o externo, mas como uma multiplicação dos mediadores entre o local e o regional ou nacional, associada à redistribuição de poder no município.

No *tempo da política*, se instaura exatamente um embate de forças que visam a incorporar o maior número possível de pessoas, o maior número de apoios a cada facção. Cada “lado” da sociedade quer ser aumentado. Está, pois, em jogo uma disputa que é mais ampla do que a disputa eleitoral *stricto sensu*. Está em questão tanto a tentativa de acesso a certos cargos de mando quanto o peso relativo de diferentes partes da sociedade, o que é decisivo para a ordenação das relações sociais durante um certo período de tempo. Mais do que uma estrutura diádica de “situação” e “oposição”, forma-se uma rede de tensões, constituída por vários pares antagonicos, nos quais se cruzam divergências de interesses de ordens diversas.

As relações de troca, instância fundamental da atuação política, envolvem dívida e compromisso, podendo ser entendidas no espaço ambíguo de sua dualidade: de um lado, rejeição do interesse, do cálculo egoísta, e exaltação da

generosidade, do dom gratuito e sem retribuição; de outro, a consciência, nunca completamente excluída, da lógica da troca, do reconhecimento que pode ser obtido através do ato generoso.

Assim como no pensamento primitivo, os bens trocados na *política* não são somente comodidades econômicas, mas veículos e instrumentos de realidades de outra ordem, potência, poder, simpatia, posição, emoção. “O jogo sábio das trocas (...) consiste em um conjunto complexo de manobras, conscientes ou inconscientes, para adquirir garantias e prevenir-se contra riscos no duplo terreno das alianças e das rivalidades.” (LÉVI-STRAUSS, 1982: 94)

De agora até o último dia da filiação partidária, (...) começa o troca-troca, os papos, até as benesses financeiras. Um troca porque o outro vai dar isso, ou vai dar o emprego depois, se eleito. São as trocas, os benefícios. (...) Durante esse período, é o grande tempo dos conchavos políticos, das mudanças, das traições. Isso acontece muito. (...) Eles sempre querem alguma coisa. Na época, nós tivemos pessoas chegando ao gabinete pedindo até um pouquinho de vinho do Porto pra fazer uma receita. Pediam tudo.” (depoimento da secretária de um partido político)

Compromisso, troca, benefício, conchavo, pedir, dar – termos constantes do discurso político ou sobre a política. Em diferentes níveis, essas relações de reciprocidade se fazem representar nas falas acima. Para fazer alianças e aumentar seus grupos, os políticos trocam favores entre si; o eleitor retribui, com o seu voto, favores prestados pelo candidato; este promete benefícios a quem lhe conceder o voto; antes e depois das eleições, as pessoas querem tirar proveito dos políticos. As eleições instauram, assim, uma instância fundamental da atuação política: a troca.

Embora grande parte dos estudos de ciência política interpretem o voto como uma ação individual, envolvendo uma escolha racional e intencional do eleitor, com objetivos precisos e previamente definidos, as experiências antropológicas de pesquisa podem mostrar, ao contrário, que o voto deve ser visto a partir da sua inserção e significado sociais (PALMEIRA, 1992). No contexto da política de facções, o voto deve ser entendido como uma adesão que vai comprometendo o indivíduo, ou a família, ou alguma outra unidade social, ao longo do tempo, e não como uma decisão individual, em determinado momento. A lealdade política do voto implica um compromisso pessoal, favores devidos a uma determinada pessoa, em determinadas circunstâncias, constituindo-se a eleição num momento de saldar, pelo menos, parte da dívida. Os favores supõem, de um lado, um pedido e, de outro, uma promessa, ou seja, há um empenho da palavra das duas partes: a promessa da retribuição e a promessa do atendimento. Essa distribuição de bens é vista como inerente ao processo eleitoral, não adquirindo, por parte da população, conotações negativas. O que é condenado é o rompimento com vínculos anteriores ou, segundo o discurso local, a “mudança de lado” somente por dinheiro ou outros bens, sem a mediação do compromisso⁴. Tal comportamento não deve ser

visto como uma “sobrevivência”, uma distorção ou um índice do “atraso” e da desinformação do eleitor. Como nos lembra Palmeira, a “adoção do voto universal não introduz automaticamente valores ligados à idéia de democracia representativa. (...) o voto, como qualquer outro utensílio institucional, não existe num vazio cultural ou social” (1989:130).

Mauss considera a moral e a economia das trocas, dada a constância com que ainda funcionam em nossa sociedade, “uma das rochas humanas sobre as quais estão erigidas nossas sociedades” (1974: 42). Parece ser bastante produtivo inspirar-se em Mauss para examinar as dádivas, trocas, favores e teias de compromisso da política, tal como ela é percebida pelos atores sociais de uma comunidade onde predomina a “política de facções”. O *princípio de reciprocidade* rege a formação dessas redes de relações sociais que se espalham pela cidade, envolvendo, em diferentes níveis, toda a população e garantindo, como nas obrigações de dar, receber e retribuir, a manutenção da aliança entre aqueles que trocam: “na troca há algo mais que coisas trocadas” (LÉVI-STRAUSS, 1982: 99).

Partindo da análise de certos rituais de troca nas sociedades ditas primitivas – o *potlatch*, principalmente no noroeste americano, e o *kula*, na Melanésia – Mauss se questiona sobre a “força que há na coisa dada que faz com que o donatário a retribua”. Não se trocam apenas bens e riquezas, mas “gentilezas”, “respeitos”, pessoas, de forma aparentemente voluntária, mas, no fundo, rigorosamente obrigatória. Tais presentes não são oferecidos essencialmente com a finalidade de se obter um benefício ou vantagens de natureza econômica: “nem tudo é relação mercantil, nem tudo é cálculo utilitário; (...) existe sempre a ‘despesa pura e irracional’” (FOURNIER, 1993: 111). Esse sistema de prestações totais, que articula ao mesmo tempo todas as instituições sociais – religiosas, jurídicas, morais, econômicas, estéticas –, envolve não apenas a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas a obrigação de dá-los e de recebê-los. O que no presente recebido e trocado cria essa obrigação é o fato de que, mesmo abandonada pelo doador, a coisa recebida ainda contém algo dele: o seu *hau*, seu espírito, sua alma. As coisas trocadas nunca são completamente desligadas dos que as trocam: a comunhão e a aliança que eles estabelecem são coletivamente indissolúveis.

A dádiva é, pois, aquilo que é preciso fazer, aquilo que é preciso receber e aquilo que é, contudo, perigoso receber. É que a coisa dada, em si mesma, forma um vínculo bilateral e irrevogável (...). Nada é indiferente. Contratos, alianças, transmissões de bens, vínculos criados por esses bens transmitidos entre personagens que dão e que recebem – esta moralidade econômica leva em conta todo este conjunto. A natureza e a intenção dos contratantes e a natureza da coisa dada são indivisíveis. (MAUSS, 1974: 154-5)

Enfatiza-se “o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, imposto e interessado dessas prestações” (ibidem: 41). Por colocar o receptor em dívida permanente, a dádiva cria uma obrigação a prazo, de modo que o tempo é necessário para executar qualquer contraprestação.

Para Bourdieu, “o caráter primordial da experiência do dom é, sem dúvi-

da, sua ambigüidade: de um lado, essa experiência é (ou pretende ser) vivida como rejeição do interesse, do cálculo egoísta, como exaltação da generosidade, do dom gratuito e sem retribuição; de outro, nunca exclui completamente a consciência da lógica da troca” (1996: 7). E é justamente o intervalo temporal entre o dom e o contradom que permite ocultar a contradição entre o conhecimento e o desconhecimento da lógica da troca.

Aquele que dá sabe que seu ato generoso tem todas as chances de ser reconhecido como tal e de obter o reconhecimento de quem foi beneficiado, isto é, “no princípio da ação generosa, do dom inicial de uma série de trocas, não existe a intenção consciente (calculista ou não) de um indivíduo isolado, mas essa disposição do *habitus* que é a generosidade, e que tende, sem intenção explícita e expressa, à conservação ou ao aumento do capital simbólico” (ibidem: 9). Sendo assim, para se compreender adequadamente o dom, há que se afastar tanto da filosofia da consciência, que considera como princípio de toda ação uma intenção consciente, quanto do economicismo, do cálculo racional e do interesse reduzido ao econômico. A troca de dons remete à lógica da economia dos bens simbólicos e à crença específica que a fundamenta. Ao contrário da economia do “toma lá, dá cá”, a economia do dom baseia-se numa recusa da lógica da maximização do lucro econômico, do espírito de cálculo e da busca exclusiva do interesse material, visando, antes, à acumulação de capital simbólico.

No tempo da política, as obrigações e retribuições iam-se fazendo ciclicamente, entre os candidatos e entre estes e seus potenciais eleitores. O líder de cada facção, à medida que ia reorganizando seu grupo para concorrer ao pleito, convidava pessoas para preencherem as vagas para a candidatura à Câmara Municipal de cada partido formador das coligações⁵. O convite, também uma forma de dádiva, criava a obrigação do candidato de retribuí-lo, com sua fidelidade àquela facção e seu esforço em arrebanhar votos para aquele líder. Tal empenho, por sua vez, deveria ter como contraprestação o apoio do “chefe político”, evidenciado pela sua presença em eventos específicos da campanha dos candidatos a vereador. Os desentendimentos que surgiam entre esses candidatos durante a campanha, e até mesmo na apuração dos votos, podem ser percebidos como um “desequilíbrio” nesse sistema de obrigações e retribuições, considerando-se ter havido “proteção” de algum candidato em particular.

A campanha se fazia em torno de *promessas, compromissos, trocas de favores*, entre, de um lado, os candidatos e os que os apoiavam e, de outro, aqueles e seus potenciais eleitores. Tal apoio podia-se traduzir em ajuda financeira de comerciantes, empresários ou profissionais liberais, a quem se retribuiria com alguma vantagem, durante o mandato, como por exemplo, um cargo ou a garantia de ser um fornecedor da Prefeitura ao longo dos quatro anos seguintes. Esse tipo de acordo não era percebido como uma “negociata”, mas como uma das regras do jogo político, uma das formas de cada facção aumentar o número de pessoas a seu “lado” na comunidade. Uma campanha, entretanto, em que o poder econômico se

tornasse “excessivo”, isto é, em que a quantidade de dinheiro gasto em material de propaganda, carros de som circulando nas ruas, pagamento de cabos eleitorais, organização de shows se mostrasse superior à dos demais candidatos, poderia tornar-se mal vista, “suspeita”.

Lanna compara as promessas políticas feitas nas épocas das eleições por candidatos em busca de votos às promessas religiosas. Em ambos os casos, há uma promessa de reciprocidade: do povo, na promessa religiosa; do candidato, na política.

O voto do povo é como milagre dos santos, uma dádiva inicial que funda uma relação primordial e que pode virtualmente gerar uma transformação radical. Note-se a inversão: se é o santo que faz a dádiva inicial na promessa religiosa, ela é feita pelo povo na “promessa eleitoral” ou “promessa política”, quando uma pessoa “dá o seu voto” ou “vota com” um determinado candidato. (...) O fato de nas eleições serem os hierarquicamente inferiores os que fazem a dádiva inicial e principal, aquela que constitui a identidade do político, o voto, enfraquece a possibilidade de reciprocidade após as eleições. (...) É como se, nas eleições, houvesse a possibilidade virtual da introdução de um contrato individualista que minasse a lógica hierárquica, pois desta vez, quem faz a dádiva inicial, fundante, porém não-divina, é “o povo”, o termo inferior da relação. Mas essa possibilidade não se concretiza; em vez da adoção do contrato individualista, a eleição é assimilada ao modelo da reciprocidade. Isso porque a eleição é concebida como um tempo de inversão, mas tudo “volta ao normal” quando, ao não realizar suas promessas, os políticos se recolocam como superiores, ao não dar, porque supostamente já deram, em outro momento, algo muito mais fundamental, algo divino, como a graça. (1995: 235-7)

Essa coisa “divina”, concedida anteriormente, traduz-se numa lealdade, anterior ao momento do voto. Observamos que nem sempre este se constitui como uma “dádiva inicial”, mas sim já como uma retribuição, o saldo de uma “dívida” precedente: um favor prestado; um pedido de voto para determinado candidato feito por pessoa com quem se tenham laços de amizade, compadrio, parentesco; ou, simplesmente, porque “sempre votei com aquele grupo”⁶. A obrigação da retribuição imposta pela dádiva, segundo Mauss, coloca aquele que a recebe em posição de dívida permanente; o que constitui a dimensão política da troca e faz da dádiva uma fonte de diferenciação social.

Essa relação de trocas extrapola o *tempo da política*, perdurando ao longo dos mandatos, quando o povo vai “cobrar” o que lhe foi prometido em pedidos de emprego, remédios, vagas em escolas, internações, material de construção, calçamento de ruas etc., e o político eleito retribui, em parte, esses pequenos favores e procura saldar suas dívidas com aqueles cujo capital econômico e social sustentou sua eleição. A indicação dos que ocuparão os “cargos de confiança” reflete a importância das redes de relações pessoais. Não está em jogo a qualidade “profissional”, mas a necessidade – como indicado no termo que nomeia esse tipo de cargo – de “confiança pessoal” naqueles que lhe estarão mais próximos durante o exercício do poder. A lógica da dádiva se sobrepõe ainda aos critérios impessoais

de eficiência, que regeriam um governo verdadeiramente democrático e individualista, em outros momentos além da escolha da assessoria, como por exemplo, na determinação de que investimentos deverão ser feitos pelo poder público. Este detém o controle sobre a possibilidade de ceder algo, de dar⁷. Estabelece-se, assim, uma relação assimétrica, contrária aos princípios universalistas em que se baseia o exercício da cidadania, dado que o acesso a bens e serviços públicos deixa de ser um direito, em princípio, de todos, para ser regulado em função de uma hierarquia de prestígio e poder.

As ante-salas dos gabinetes do prefeito e dos vereadores estão sempre cheias de pessoas à espera de serem recebidas para pedir algo, sendo a própria audiência com o político e a atenção por este dispensada já consideradas uma dívida. A situação de quem pede, muitas vezes, é entendida como positiva, porque cria um laço com um superior.

(...) há um envolvimento muito direto, e a comunidade também leva a esse estado de coisas, na medida que sempre quer falar com o prefeito. Todo mundo é amigo do prefeito, todo mundo quer resolver as suas coisas com o prefeito, todo mundo quer ter o prazer de despachar com o prefeito, de falar com o prefeito, de decidir as coisas com o prefeito. Ele se sente honrado, ele se sente bem com essa questão. (Depoimento de um ex-prefeito)

A proximidade com os centros do poder se revela, nas palavras de Lanna (ibidem: 230), “uma proximidade com a fonte de dívidas hierarquicamente valorizadas”, sendo o serviço público um meio de pagamento de dívidas pessoais. Conforme se aproximam as novas eleições, esse movimento se acentua, pois a população sabe que é preciso “aproveitar o tempo da política”⁸ para obter determinados favores, de modo que a quantidade de pessoas que desejam falar com um ou outro candidato à reeleição funciona, inclusive, como um termômetro do seu prestígio. A relação político/eleitor se constrói, portanto, sob a lógica pessoal da reciprocidade e não pela adoção de um contrato individualista, segundo o qual se regeriam direitos e deveres dos cidadãos. Assim como Lanna observou no município de São Bento do Norte/RN, “a renovação das ofertas de empregos que ocorre após uma eleição parece mais importante do que objetivos de justiça social” (ibidem: 230).

A decadência das atividades agrícolas em Araruama vem provocando uma grande evasão da população rural para o centro urbano. Neste, as principais atividades econômicas são pequenos e médios estabelecimentos comerciais, prestação de serviços, profissões liberais, construção civil, não havendo um desenvolvimento industrial significativo. Nesse contexto, há que se ressaltar o papel da Prefeitura e da Câmara Municipais como empregadores⁹.

Na fala do vereador transcrita abaixo, indagado sobre que tipo de coisas as pessoas mais vão lhe pedir, o mesmo destaca a questão do emprego:

Por ser presidente da Câmara, as pessoas acham que aqui eu posso empregar todo mundo. Acham que eu consigo com o prefeito empregar todo mundo na Prefeitura, o que não é verdade. Tudo tem um limite. A gente não tem condição de atender todo mundo. A gente

sente muito a situação das pessoas, mas não consegue atender todo mundo. O pedido de emprego é constante. Não tem um dia aqui na Câmara que eu não receba dez pedidos de emprego.

Tal situação tem implicações no *tempo da política*, no movimento de adesão dos funcionários às campanhas. A parcela de servidores efetivos – concursados ou que adquiriram estabilidade antes da Constituição de 1988 – escolhe, a princípio, seu candidato por afinidade, gratidão, identificação, enfim por todos os motivos pelos quais a população de modo geral se alia de um “lado” ou de outro. Muitos deles, inclusive, pertencem a determinada facção, independente de quem está no poder naquele momento. Mesmo podendo sofrer punições como transferências, perda de cargos comissionados, colocação em funções menos importantes, não correm o risco de perder o emprego.

Já os contratados, que, em sua grande maioria, adquiriram o emprego, direta ou indiretamente, através de um político, na proximidade das eleições, se encontram em situação mais delicada: alguns apóiam o candidato da “situação”, pretendendo manter sua colocação no serviço público municipal; outros, por acreditarem que a “oposição” vencerá, preferem aliar-se a ela; outros ainda mudam seu voto, ao longo da campanha, de acordo com as tendências favoráveis ou não para este ou aquele candidato. A atitude de cada um depende de uma certa aposta em um ou outro candidato, implicando sempre riscos. Muitas vezes, a adesão não se dá de forma explícita, havendo casos em que a pessoa declara seu voto particularmente a um candidato de “oposição”, dizendo não poder fazê-lo publicamente para não sofrer sanções em seu emprego; o que também pode ser uma tentativa de estar bem com todos os “lados”.

Os candidatos tiram proveito dessa instabilidade, seja utilizando a massa de funcionários como cabos eleitorais, convocando-os inclusive para fazer número nos eventos de campanha; seja prometendo a permanência no emprego e acenando com possibilidades de melhorias em termos de salários, condições de trabalho, possibilidade de ascensão funcional.

Embora questões como a importância da construção da cidadania e o repúdio ao clientelismo apareçam nos discursos de alguns candidatos, a sua prática não se norteia por tais princípios. Muitas vezes, isso é atribuído ao próprio povo, cujo comportamento levaria o político a agir assim.

Eu não sei se o eleitor é aproveitador porque o político é um demagogo, ou se o político é demagogo porque o povo é aproveitador também, gosta de ser iludido. Ele quer ser iludido, ele quer tirar vantagem, ele quer vender o seu voto, ele quer negociar o seu apoio. É uma questão muito complicada essa, que eu realmente ainda não consegui definir, não consegui chegar a um ponto. (Depoimento de um ex-prefeito)

Às vezes, essa atitude da população parece se justificar pelas suas carências de emprego, saúde, educação, moradia e outras¹⁰. Os aspectos econômicos não me parecem, entretanto, suficientes para explicar a questão:

Não é porque “é premido pela fome e outras necessidades básicas” que o eleitor troca seu voto por roupa, remédios ou operações médicas, como poderia ser interpretado pela razão prática; a própria eleição é concebida como uma troca, não a possibilidade de estabelecimento de um “contrato”, no sentido da teoria individualista.”¹¹

A autoridade também se constitui numa fonte de riqueza, honra, prestígio e a obrigação de retribuir pode colocá-la em risco. Aqueles que, ao longo de um mandato, não se sentiram satisfeitos com os favores obtidos tendiam a “mudar de lado” e, à medida que a aproximação das eleições desequilibrava a balança do prestígio e da possibilidade de alcançar o poder em prol de uma facção até então de “oposição”, essa migração se intensificava. Até mesmo alguns candidatos a vereador desvinculavam a sua campanha do partido pelo qual se haviam candidatado, rejeitando a associação à figura do candidato a prefeito que julgassem estar atrás na corrida eleitoral. Como exemplo, cito a seguir trechos da “Carta aberta à população”, publicada por um candidato em jornal local:

A princípio, pensei que era possível ir à luta por uma vaga na Câmara dos Vereadores pelo PPB. Tanto é verdade que efetuei despesas de propaganda com este objetivo. Entretanto, considerando a falta de estrutura, de apoio e orientação do partido e analisando a matéria eleitoral em profundidade, ficaria vulnerável, pois a qualquer momento poderia ser impugnado pela orientação do sr. Prefeito por infidelidade partidária. Como é do conhecimento de V. S^{a.}, foi imposta uma aliança com o partido do sr. Prefeito, sem a devida consulta aos candidatos do nosso partido e, por esta razão, estou impossibilitado de exercer livremente minha campanha. Sempre deixei claro, inclusive perante V. S^{a.}, que seria contrário a qualquer tipo de apoio à atual administração (...). (*A Voz de Araruama*, ano IV, n.º 206, 21 de setembro de 1996).

Na semana seguinte, o mesmo jornal publicou uma carta de um outro candidato a prefeito, comprometendo-se a atender as reivindicações daquele candidato a vereador em relação ao Condomínio Industrial de Araruama. Tornava-se pública, dessa forma, a “mudança de lado” deste; aquela facção “perdera mais um candidato”. Há ainda um outro tipo de trocas no que se refere ao apoio dado às candidaturas, que se expressa nas relações entre os governos municipal e estadual. A presença deste no jogo político local se faz notar, principalmente, pela atuação dos órgãos públicos da sua competência no município.

Quando o governo municipal é da mesma facção política do governo estadual, as coisas se tornam bem mais fáceis de gerir. A participação do governo estadual é de capital importância. Quando acontece o contrário, as coisas ficam mais difíceis. No processo político nosso, ainda é bastante cruel essa relação de forças políticas. Então, a gente se beneficia quando tem um governador do mesmo partido. (...) Principalmente o governo estadual se faz muito presente nas campanhas eleitorais no interior. Nós agora nessa última eleição municipal, por exemplo, nós tivemos que enfrentar CERJ, CEDAE, DER, todos jogando duro, jogando forte, jogando a favor do candidato do PDT. (Depoimento de um ex-prefeito, novamente candidato em 1996)

Nas décadas que precederam a última eleição, os prefeitos de Araruama

vinham-se elegendo com o apoio do governo estadual, sendo que, no decorrer de seus mandatos, dada a não coincidência de datas entre as eleições municipais e estaduais, tornavam-se oposição a este, o qual se vinculava, por conseguinte, ao grupo de “oposição” da cidade. A alternância entre as facções da “situação” e da “oposição” no poder municipal mantinha esse movimento cíclico. A relação do governo estadual com essas facções podia ser anterior ao momento eleitoral, já expressando uma retribuição a apoios precedentes, ou podia-se estabelecer no período de organização das campanhas, envolvendo, inclusive, a criação de diretórios locais de determinado partido e a filiação do candidato a prefeito ao partido do governador. A relação entre estado e localidade se caracteriza, portanto, pela reciprocidade, sendo o poder simultaneamente delegado “de cima” e gerado localmente. Lanna chama a atenção para o fato de que o Estado brasileiro se constitui, em grande parte, como continuação do poder local, tendo com este uma relação de “re-alimentação” mútua.

Não é, então, como se costuma pensar, que ‘as oligarquias regionais e seus métodos de arregimentação eleitoral’ sejam ‘focos de resistência ao poder do estado’. (...) um pouco à maneira de Luís XIV, as oligarquias são o estado, já que ambos se constituem a partir das mesmas relações de troca, relações essas que se fundam na lógica redistributiva da reciprocidade hierárquica. (op. cit.: 20)

Ao analisar o clientelismo dentro do contexto das políticas chaguista, no Rio de Janeiro, e malufista, em São Paulo, Diniz o caracteriza como “um sistema de lealdades, que se estrutura em torno da distribuição de recompensas materiais e simbólicas, em troca de apoio político” (1982a: 23). A conquista de direitos através da pressão de grupos organizados tende a ser rejeitada, valorizando-se, em contrapartida, o exercício da influência política, a utilização das relações informais e pessoais, o recurso aos laços de amizade e de lealdade. Sendo assim, o êxito de uma demanda depende não do poder de negociação do grupo, mas da capacidade de, através dos vínculos apropriados¹³, levar as autoridades a concederem os benefícios solicitados. O exercício da representação política tem, portanto, como mecanismo fundamental a intermediação, a qual “como que privatiza a obtenção de um bem público, na medida em que o patrocínio de um político influente aparece como requisito necessário para o acesso a serviços públicos fornecidos pelo estado”. Dentro dessa ótica, a política é percebida “como um campo para os iniciados, inacessível sem a interferência da rede de relações pessoais” (DINIZ, 1982b: 217-8).

Enfatizando a complexidade da sociedade analisada e a conseqüente heterogeneidade nos padrões de “assistência” dos vereadores para seus eleitores, Kuschnir adota o termo “assistencialista” (usado nas classificações do grupo feitas pelos próprios vereadores estudados) em lugar de “clientelista”, buscando ampliar o alcance da categoria. A divisão proposta por aqueles políticos dos tipos de relacionamento estabelecido com as demandas da população entre

“assistencialista” e “ideológico” não dá conta de tudo o que acontece nessas relações: “Nem sempre a *troca* (...) se efetiva de acordo com a expectativa dos participantes, porque há *diferentes* interpretações sobre o que deve ser trocado, tanto por parte dos vereadores quanto dos eleitores” (op. cit.: 66). O papel exercido pelo vereador deve ser visto não apenas como o de um mediador *político* entre o Legislativo, a população e o Poder Executivo, mas também como o de um mediador *cultural*. Essa função evidencia a sua habilidade em mediar alianças e trocas entre diferentes níveis da sociedade que são também diferentes níveis de cultura, com diversos códigos e valores.

O papel de mediador que o político exerce nesses diversos domínios e contextos entre os quais transita expressa também a predominância da lógica das relações pessoais, já que o *broker* seria justamente aquele que, estabelecendo uma aliança pessoal, articula uma negociação política entre grupos ou indivíduos que, sem ele, não teriam como manter contato entre si. Dessa forma, ao mesmo tempo em que ele atende aos interesses dos dois pólos intermediados, constrói para si um lugar estratégico na mediação.

O potencial de metamorfose do político, sua habilidade para transitar em mundos e províncias de significado com alterações drásticas de papéis e da própria apresentação do *self*, constituem a base de uma identidade dinâmica e complexa do mediador. (...) O político, assim, apresenta-se como um especialista em mudança de papéis. (...) Sua identidade, por intermédio desse conjunto de atividades, em vários planos e dimensões socioculturais, ilustra, com particular vigor, as características mais gerais de uma sociedade complexa, heterogênea, multifacetada, em permanente processo de construção.

A disputa pelo poder em Araruama se dá num contexto de política de facções, de “grupos” que extrapolam as fronteiras partidárias, fazendo dos partidos meras siglas que servem para o ajuste dessa prática pessoalizante às circunstâncias eleitorais. Embora os partidos políticos que atuam em cada município sejam organizações nacionais, subdividas hierarquicamente em diretórios nacionais, regionais e locais, isso não lhes confere uma homogeneidade. A existência de um partido a nível nacional é como que relativizada por suas configurações municipais, que vão atender a especificidades culturais locais e a conjunturas políticas ocasionais. Não havendo necessariamente uma continuidade em termos de princípios e valores entre os diversos níveis – nacional, regional, local – de um mesmo partido, a formação dos diretórios municipais assim como as coligações entre os partidos atendem antes a circunstâncias eleitorais motivadas pelo jogo de forças da política local.

Nós conseguimos reunir, naquela oportunidade, nove partidos, nove partidos apoiando a nossa proposta, apoiando a nossa candidatura. A gente tinha partido de extrema esquerda, partido de extrema direita, partido de centro – tínhamos todos os partidos com um objetivo só. Porque a questão partidária, no interior, é importante, mas não é determinante nem muito significativa. O interior vive a sua situação doméstica. (Depoimento de um ex-prefeito)

Conseqüentemente, a adesão dos partidos a determinado “lado” da sociedade, nas disputas faccionais, não se mantém constante de eleição para eleição. Por exemplo: do conjunto de partidos formadores da coligação “Frente Alternativa” – PMDB, PSDB, PRONA, PT, PV, PT do B, PTB e PMN –, que apoiavam o candidato Altevir Barretto, na eleição de 1996, dois deles estavam ligados, em 1992, a outros candidatos. O atual prefeito Vilmar José Dias de Oliveira elegeu-se, nessa ocasião, vereador pelo PRONA, e o PT apoiou o então candidato a prefeito de “oposição” Henrique Valladares (VELHO & KUSCHNIR, 1996: 105).

Conforme nos lembram Palmeira & Heredia (1995), a correspondência entre os partidos políticos em sua existência legal e os agrupamentos que se mobilizam durante as eleições, ou mesmo fora do período eleitoral, no Brasil, é muito precária. Daí, preferirem utilizar, para designar as formações que, efetivamente, operam a política, o termo “facção”, de uso corrente na literatura antropológica¹⁵. Adotei, para denominar tais agrupamentos, esse termo juntamente com outros do discurso local, tais como “grupo” ou “lado”.

Em depoimento constante do livro *Araruama: no tempo das histórias*, Chico da Barra aparece como o grande “chefe político” da cidade, nas primeiras décadas deste século:

Nessa época, ele era presidente da Câmara. Ninguém ganhava na política, aqui. Quem ganhava era ele. Ele ganhava a política. Batia a eleição, nem precisava, não tinha esse negócio de estar de porta em porta, pedindo. Tinha os cabos eleitorais, em São Vicente, Morro Grande, Praia Seca, Ponte dos Leites, ali perto de Iguabinha, que pertence aqui. Ele não ia à casa de ninguém. (...) Não sei bem se uns dez anos, doze anos, mais ou menos, foi presidente da Câmara. Ele sempre ganhava a eleição! (...) Quando ele foi nomeado coletor, ele não podia mais; coletor federal não podia ser político. Mas tinha a política dele: os amigos que ele indicou tudo pra Antônio Alves Branco.¹⁶ (Grifo meu)

De acordo com a representação local, portanto, as amizades, que significavam prestígio e influência, eram passadas, transferidas de pessoa a pessoa, de acordo com as conveniências e os ajustes ocasionais. É claro que nem sempre essa transferência era bem sucedida, dependendo o sucesso das negociações realizadas e do carisma da pessoa que se pretendesse construir como sucessora. A filiação partidária se dava sob a forma de aliança de cada família com os líderes da sua facção.

Segundo Pinto, “a luta política deve ser compreendida como uma derivação da luta familiar, uma das formas que ela assumiu – competição eleitoral principalmente – típica sublimação da luta familiar, traço comum às vinganças em declínio, quando o interesse da cidade – dos não beligerantes – exige e impõe normas e limites à luta privada (1949: 74).”

A derivação das lutas de famílias em outras formas de conflito – competição política, guerras de partidos e facções, lutas de cidades – atesta uma complexificação da vida social. O desenvolvimento da comunidade, entrelaçando num interesse coletivo os interesses privados, faz com que duas famílias em

conflito arrastem consigo outras famílias, formando numerosa parcialidade, quase a dividir a comunidade em dois campos. Com o prosseguimento da luta, a neutralidade vai-se tornando mais perigosa e difícil de manter. Ao mesmo tempo, sendo tão numerosas as facções rivais, aumentam as oportunidades de rompimentos e quebras de solidariedade.

A rivalidade faccional, importante ingrediente no imaginário da população em relação às lutas políticas, ia sendo reproduzida ao longo dos anos, mesmo que o líder à frente de cada facção fosse sendo substituído. Citando Landé, Caniello afirma que “a facção fornece ao indivíduo uma rede de relações subsidiária, fundada em laços de solidariedade da mesma natureza pessoalizante e dotada de uma forte referência de identidade grupal, que o posiciona diferencialmente no âmbito do sistema classificatório totalizador da vida social mais geral. Ou seja, dividindo o quadro de relações sociais em grupos opostos, e tradicionalmente rivais, o exercício do conflito torna-se uma prática circunscrita, coletiva e, não raro, essencialmente ritualizada.” (1995: 86) Daí, ser possível dizer que o faccionalismo seja a forma clássica de se organizar o campo do conflito nesses sistemas altamente integrativos, já que ele consegue “traduzir a linguagem do conflito no idioma da pessoalização”, dissolvendo o indivíduo – categoria pouco operacional nestes contextos – no âmbito de uma coletividade parcial, a facção, que se opõe, por intermédio de relações de rivalidade, a outro grupo estruturalmente idêntico, porém formalmente oposto.

Apesar de esses grupos durarem por um longo período, com um alto grau de solidariedade interna, não eram imutáveis. Embora a política possa expressar interesses de grupos e produzir grupos ela própria, também se faz através de redes de relações sociais, sem fronteiras obrigatoria ou permanentemente fixas, de modo que as mudanças ocorridas em Araruama, tais como o crescimento demográfico e a multiplicação de relações dessa comunidade com outras, foram paralelas a alterações internas às facções. A complexificação das relações sociais da cidade e a conseqüente intensificação da mobilidade material e simbólica de seus moradores, que passaram a vivenciar sistemas de valores mais diferenciados e heterogêneos, diversificou o “campo de possibilidades” de formação e interação desses grupos políticos (VELHO. 1994).

O “herdeiro político” de Chico da Barra, Antônio Alves Branco, nomeado prefeito pelo interventor estadual Amaral Peixoto, em 1937, passado o Estado Novo, teve como sucessor o sobrinho de seu grande adversário, representante da família Vasconcellos, de grande importância nas disputas políticas da cidade, por muitos anos.

Em 1972, ocorreu a quebra da hegemonia das famílias até então no poder, conforme citado por Barcellos (1973):

Em 1972 houve uma mudança na política (...). A política de clientela, o voto para os amigos das horas difíceis não norteou, ao que parece, a escolha dos candidatos nas últimas eleições. A preocupação do eleitorado foi de mudar, votar em quem tivesse possibi-

lidades de administrar, fazer algo de novo para o lugar. O recurso de sublegendas levou o município a ter quatro candidatos a prefeito. Assim sendo, houve disputa e oportunidade de escolha. O resultado foi que o grupo dominante há quase meio século perdeu as eleições. (PMA, 1992b: 30)

Posteriormente, em 1976, houve um rompimento interno nesse novo grupo, passando a se alternar uma facção identificada como “da cidade” e outra cujo líder é tido como um “forasteiro”.

Dentro desse quadro de disputas locais, os partidos políticos se constituem como meras siglas, objeto de transações políticas e, muitas vezes, até econômicas, para que se componham as coligações de apoio a cada um dos líderes, de acordo com as exigências das leis eleitorais¹⁷. Como em cada partido há vinte vagas para candidatos a vereador, quanto maior a quantidade de partidos que se tenham como aliados, maior o número de pessoas “trabalhando” para aquele candidato a prefeito. Logo, criar partidos pode ser uma estratégia para arregimentar cabos eleitorais; o que entre os políticos se denomina “partido de viveiro”.

A criação dos diretórios no município, a determinação dos “donos do partido” e a escolha posterior de “com quem vai ficar o partido”, ou seja, ao lado de que facção esse partido vai-se alinhar, envolve disputas e negociações, conforme podemos perceber nas falas abaixo:

Você sabe que nesse vaivém de política, os partidos ficam valorizados. Todo mundo quer ser presidente de partido. Eles se acham com um partido na mão. Isso é importante, ser presidente do partido. (...) O maior *status*. (Depoimento da secretária de um partido político)

O PFL já existia. Na época, com pessoas tradicionais, e nós já mostramos habilidade e competência em tirar o PFL da mão dos Valladares. Hoje eles não têm nenhum partido grande... (Depoimento de um candidato a prefeito em 1996)

Como as facções não são ideologicamente orientadas, deslocam a possibilidade de lutas de bases sociais para conflitos que servem a interesses privados. As recompensas das disputas se dão a nível da dominação econômica e política local, mas nenhuma facção procura modificar o sistema que proporciona tais recompensas.

A participação política é induzida por relações pessoais de lealdade e não por sentimentos comuns de identidade social¹⁸; o que cria condições pouco propícias à estruturação de grupos de interesse organizados de forma autônoma. Muito mais do que um sectarismo político, o que reúne as pessoas em tais organizações e as mantém são relações anteriores ao *tempo da política*¹⁹ e ligações do tipo clientelista, cuja principal função se refere à mediação política, ou seja, ao estabelecimento de uma ponte entre as necessidades e demandas dos indivíduos ou grupos e os órgãos públicos encarregados da administração municipal e estadual. Enfatizam-se as considerações de ordem particularista, em detrimento dos critérios universalistas. Estes são sempre passíveis de serem distorcidos, em nome de uma

relação pessoal importante. O político se insere, portanto, num sistema de relações pessoais, cuja integração se baseia numa teia de obrigações mútuas. “O que a cidadania define como um direito é concedido como dádiva daqueles que se situam em posições de poder.” (DINIZ, 1982b: 43)

Sendo assim, os políticos trocam de partidos com bastante frequência, sem que isso seja mal visto ou considerado uma infidelidade, mas sim uma questão de “possibilidade de se fazer o candidato”. O que pode assumir importância enquanto traição, deslealdade, quebra de compromisso é a “mudança de lado”, ou seja, a migração interfacções (cf. nota 3). No discurso dos candidatos a prefeito, a filiação partidária aparece como uma “oportunidade” de disputar o poder:

Estive no PDT, fiz parte até da Juventude Socialista do PDT; depois, fui convidado pra ir pro PMDB. (...) Logo em seguida, vi que não era aquilo que eu queria. Fiz um desabafo, na época, na Câmara, em 91. Depois, fui para o PMN, tentando formar um partido pra mim, pra que eu pudesse, independente dessas duas facções políticas, desenvolver todos os meus objetivos e as minhas convicções, que tenho até hoje e vou desenvolver. Depois, veio o convite do PFL, que eu não poderia deixar de aceitar, porque é um partido de expressão nacional, onde eu ganharia mais respaldo político, como ganhei.

A vinculação do partido ao nome de seu “chefe”, numa relação de posse – “partido de Fulano” –, evidencia o caráter de pessoalidade presente na formação desses agrupamentos²⁰. Esse tipo de expressão também é usado pela comunidade local para se referir aos candidatos a vereador reunidos em torno dos candidatos majoritários: “Sicrano é de quem?”. A relação do nome do candidato com o seu líder é bem mais evidente do que com o seu partido, o qual, constantemente, não aparece nem mesmo nas propagandas durante a campanha. Os candidatos a vereador identificam-se, além do pertencimento a determinada facção, por diversos elementos formadores da sua identidade: o bairro onde moram, a atividade profissional que exercem, a família à qual pertencem, entre outros. A referência através dessas marcas pessoais que os identificam configura um padrão de sociabilidade ligado a critérios de proximidade e reconhecimento entre os indivíduos, indiciado ainda pela designação através de apelidos e/ou do primeiro nome.

A permanência da rivalidade entre dois “grupos” objetiva o modelo faccional, aprofundando a ética pessoalizante no inconsciente coletivo, ao mesmo tempo que se “mascara” através de uma ideologia que aponta para o fim da rivalidade como evidência da “modernização”. Nas eleições de 1996, uma das facções se associou a novos elementos, evidenciando a maleabilidade dos limites desses “grupos”, já que a crescente complexificação das relações sociais da cidade e a conseqüente intensificação da mobilidade material e simbólica de seus moradores, que passam a vivenciar sistemas de valores cada vez mais diferenciados e heterogêneos, diversifica o *campo de possibilidades* de formação e interação dos “grupos” políticos. O resultado nas urnas aponta para a preservação da estrutura definidora da rivalidade, exacerbada em seu caráter ritual durante as manifestações das campanhas eleitorais, mas buscando uma aparente desvinculação do in-

divíduo da classificação globalizadora do pertencimento à facção, “vestindo-se” de uma ideologia definida pela escolha individual como elemento crítico da opção faccional. O candidato eleito se colocava como uma terceira alternativa, o que fez com que sua vitória pudesse ser considerada uma recusa à manutenção da rivalidade entre os “grupos” da “situação” e da “oposição”.

A inserção de Araruama num movimento de modernização econômica não significou um declínio da pessoalização nas relações sociais, mas uma espécie de resposta adaptativa às mudanças decorrentes desta inserção. Para usar as famosas palavras de Sahlins (1990), ela parece ter-se modificado para permanecer a mesma. Seguindo as proposições desse autor, ao invés de pressupor que estabilidade e mudança sejam categorias antitéticas, contrários lógicos e ontológicos, como pressupõe o senso comum, tentei demonstrar que a cultura funciona como uma síntese de estabilidade e mudança, passado e presente, diacronia e sincronia. Assim como toda mudança prática é uma reprodução cultural, esta também é uma alteração, visto que, na ação, as categorias organizadoras do mundo assimilam um novo conteúdo empírico. Logo, “quanto mais é a mesma coisa, mais ela muda”.

NOTAS

- 1 Este texto reproduz parte da minha tese de doutoramento em Antropologia Social, defendida em agosto de 1997, no Museu Nacional/UFRJ.
- 2 Essas duas facções, contudo, não são conjuntos definitivos e fechados, sendo entrecruzadas por combinações e alianças, dependendo dos interesses em jogo e das forças atuantes em cada momento.
- 3 “O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem.” (BOURDIEU, 1989, pp. 187-8.)
- 4 Aproximadamente um ano antes das eleições – num período, portanto, de “migrações” entre as facções –, houve um grande burburinho entre os políticos porque o vice-presidente de um partido – no qual já havia, inclusive, exercido o cargo de vice-prefeito no mandato de 1989-92 – rompeu com este, indo ligar-se a um outro líder, de grande poder econômico; o que gerou acusações de que a mudança tivesse sido negociada por uma alta quantia de dinheiro. Embora fosse um período de novas alianças entre os grupos políticos, o rompimento do compromisso, provocado por dinheiro, foi interpretado como uma grande “traição”, afetando a honra pessoal do sujeito envolvido.
- 5 A formação desses partidos e sua adesão a determinada facção também obedece à lógica da reciprocidade, sendo as composições políticas feitas através de relações pessoais, para servir a interesses ocasionais. (A questão partidária será examinada adiante.)

- 6 A obrigação da retribuição através do voto pode se dar numa relação bastante assimétrica como a do patrão e do empregado: “A primeira vez quando dei voto, eu dei para o finado Abílio Silva, que era meu patrão. Era meu patrão, eu não podia deixar de dar o voto a ele, né?” (PMA, 1998: 54.)
- 7 Durante a campanha de 1996, houve uma distribuição de “cestas básicas” de alimentos em Araruama, através do Programa Comunidade Solidária, do governo federal. A presença do prefeito entregando os pacotes de produtos e cumprimentando as pessoas que formavam enormes filas demonstrava o caráter de pessoalidade que tal doação adquirira. Em discurso num comício da campanha de seu sucessor, referiu-se ao fato como motivo de grande alegria, inclusive por ter ocorrido no dia de seu aniversário. Tais acontecimentos exemplificam a imbricação entre o público e o privado que se estabelece nessas relações de poder.
- 8 Nem sempre, entretanto, esse proveito é convertido em voto. Sobretudo no caso dos candidatos à Câmara Municipal, os eleitores, muitas vezes, prometem o seu voto a diferentes candidatos, multiplicando a possibilidade de obterem favores. No entanto, dificilmente, essa diversidade de promessas de voto se dá entre candidatos de facções diferentes.
- 9 Embora não disponha de dados correspondentes de outras cidades, acredito que, em vários municípios brasileiros, também ocorra situação semelhante.
- 10 Kuschnir faz uma analogia entre a expectativa da população de encontrar na Câmara uma solução para todos os seus problemas e a questão das filiações religiosas no pentecostalismo e na umbanda, analisada por Fry e Howe: “Os autores mostram que a existência de uma ‘aflição’, seja ela um problema de saúde, de emprego, dívidas, relacionamentos pessoais, entre outros, é condição para que a filiação aconteça. Assim, o indivíduo que procura a associação religiosa o faz como uma ‘estratégia social’, procurando uma ‘agência’ de resposta para seus problemas.” (1993: 53-4)
- 11 A procura pelos vereadores também pode ser vista nos moldes dessa ‘estratégia social’.”
- 12 No governo de 1977-82, os estreitos laços entre o prefeito e o governador Chagas Freitas fizeram com que vários órgãos estaduais – FEEMA, SERLA, CERJ, Tribunal Regional do Trabalho, DETRAN, Secretaria de Segurança Pública, entre outros – passassem a ter sua sede regional em Araruama. A presença dessas entidades no município intensifica a influência do governo estadual nas eleições locais.
- 13 Leal, ao analisar o fenômeno do coronelismo na vida política do interior do Brasil, na década de 30, afirma: “A política dos ‘coronéis’ consistia precisamente nesta reciprocidade: cartabranca, no município, ao chefe local, em troca do seu apoio eleitoral aos candidatos bafejados pelo governo do Estado.” (1948: 57)
- 14 “A minha amizade com Miro foi troço também dessas coisas que a gente tem que fazer em política. Não tem que ficar de chapeuzinho na mão. Tem que ir e falar e conversar e fazer amizade, intimidade. Você pra lá, você pra cá. (...) O importante nos governos não são os Secretários, são os Departamentos, são os Chefes de Gabinetes, até o ascensorista do elevador que te conduz, o contínuo que abre a porta. Eu sabia ir fazendo ligações, até chegar ao Secretário, se fosse o caso.” (depoimento do presidente de um partido, o qual exerceu o car-

go de vereador por sete mandatos)

- 15 Embora não me tenha detido particularmente nesta questão, pude observar que os chamados partidos de “esquerda”, como PT, PV ou PC do B, parecem obedecer à mesma lógica das trocas aqui analisada, não se diferenciando em relação aos demais. Mesmo apresentando alguns aspectos específicos, como um maior número de jovens entre seus militantes e candidatos ou um discurso em defesa da ecologia, não se singularizam quanto à atuação no jogo de forças políticas municipais.
- 16 *“Há múltiplas definições de facções, mas entre os antropólogos há um certo consenso de que se trata de unidades de conflito, cujos membros são arregimentados por um líder com base em princípios variados. Em geral, estão em jogo conflitos considerados políticos (envolvendo o uso do poder público). As facções não são grupos corporados (via de regra os autores pensam-nas como quase-grupos, grupos diádicos não corporados etc.). Ao contrário de partidos políticos, associações ou clubes (para ficarmos em exemplos muito próximos) ‘as facções são unidades de conflito ativadas em ocasiões específicas antes do que mantidas por uma organização formal’ (Mayer 1977: 52) mas, como lembra Nicholas, ‘que as facções não sejam corporadas, que sejam basicamente impermanentes, isso não significa que não possam persistir por um longo período de tempo’ (Nicholas 1977: 58).” (PALMEIRA. 1996: 54)*
- 17 É interessante notarmos que esse mesmo prefeito eleito em 1972 constitui, hoje, uma das figuras políticas “tradicionais” da cidade, tendo, inclusive, elegido seu filho em 1992 e sido o “mentor” da candidatura do atual prefeito; o que demonstra o jogo entre as “tradições” inventadas e reinventadas.
- 18 São comuns afirmações do tipo: *“Hoje eu não me sinto em partido, eu sou Araruama. (...) A minha bandeira é Araruama, eu não tenho partido. A gente tem que concorrer a uma cadeira através de um partido.”* (depoimento de um candidato a prefeito, em 1996)
- 19 *“Eu sou mais o grupo em que eu trabalho do que PMDB. E também acho que o PMDB aqui é mais um grupo do que realmente um partido.”* (depoimento da secretária de um partido político)
- 20 *“Em Araruama, o Antonino Alves Branco, muito meu amigo, era o prefeito. Seu adversário era o dr. João Vasconcelos, que foi me procurar e fez a mesma proposta: ‘Eu fico com o PSD, mas o senhor afasta o Antonino.’ Eu respondi: ‘Não posso.’ E ele insistiu: ‘Mas o senhor vai perder.’ Eu disse: ‘Sei disso, sei que o senhor vai ganhar a eleição para prefeito. Mas prefiro perder com o meu amigo a sacrificá-lo na hora da luta.’ E aconteceu exatamente isso: eles fizeram o prefeito. Depois o Antonino retomou a prefeitura.”* (Depoimento de Amaral Peixoto in: CAMARGO et alii. op. cit.: 235)
- 21 Em um comício da “Frente Alternativa”, por exemplo, um candidato a vereador afirmou no palanque que havia sido convidado a se candidatar pelo PMDB, *“o partido do Dr. Altevir”*.

BIBLIOGRAFIA

ARARUAMA

1992a *Memória de mulheres*. Prefeitura Municipal de Araruama: Secretaria Municipal de Cultura.

ARARUAMA

1992b *No tempo das histórias*. Prefeitura Municipal de Araruama: Secretaria Municipal de Cultura.

BARCELLOS, L.

1973 *Análise político-partidária de Araruama*, Rio de Janeiro (mimeo.).

BOURDIEU, P.

1989 "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político." *In O poder simbólico*, Lisboa, DIFEL, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 163-207.

1996 "Marginália. Algumas notas adicionais sobre o dom" *Mana*. Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, n. 2, Relume-Dumará, pp. 7-17.

CAMARGO, A. et al

1986 *Artes da política; diálogo com Ernâni do Amaral Peixoto*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

CANIELLO, M.

1995 "A guerra entre amigos. Carnaval, política e faccionalismo numa cidade do interior" *Comunicações do PPGAS. Política e relações pessoais*, Rio de Janeiro, n. 5, Grypho, pp. 85-107.

DINIZ, E.

1982a "Clientelismo urbano: ressuscitando um antigo fantasma?", *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 4, pp. 21-6.

1982b *Voto e máquina política*. Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FOURNIER, M.

1993 "Marcel Mauss ou a dádiva de si", *RCBS*, n. 21.

KUSCHNIR, K.

1993 *Política e mediação cultural*. Um estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro (dissertação de nestrado), Rio de Janeiro, Museu Nacional / UFRJ.

LANNA, M. P. D.

1995 *A dívida divina*. Troca e patronagem no Nordeste Brasileiro. Campinas, Editora Unicamp.

LEAL, V. N.

1948 *Coronelismo, enxada e voto*. O município e o regime representativo no Brasil, Rio de Janeiro.

LÉVI-STRAUSS, C.

1982 "O princípio de reciprocidade" *In As estruturas elementares do parentesco*, 2. ed., Petrópolis, Vozes, pp. 92-107.

MAUSS, M.

- 1974 “Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, in *Sociologia e Antropologia*, v. II, São Paulo, Edusp.

PALMEIRA, M.

- 1989 “Política, facção e compromisso: alguns significados do voto”, *4º Encontro de Ciências Sociais no Nordeste*. Salvador, pp. 111-30, dez..
- 1992 “Voto: racionalidade ou significado?”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20, pp. 26-30.
- 1996 “Política, facções e voto”, in PALMEIRA, M. & GOLDMAN, M. (org.), *Antropologia, voto e representação política*, Rio de Janeiro, Contracapa, pp. 41-56.

PALMEIRA, M. & HEREDIA, B.

- 1995 “Os comícios e a política de facções”, *Anuário antropológico*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 31-94.

PINTO, L. A. C.

- 1949 *Lutas de famílias no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

PMA - Prefeitura Municipal de Araruama

- 1992a. *Araruama: memória de mulheres*, Secretaria Municipal de Cultura.
- 1992b. *Araruama: no tempos das histórias*, Secretaria Municipal de Cultura.

SAHLINS, M.

- 1990 *Ilhas de história*, Rio de Janeiro, Zahar.

VELHO, G.

- 1994 *Projeto e metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

VELHO, G. & KUSCHNIR, Karina

- 1996 “Mediação e metamorfose”, *Mana*. Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, n. 1, Relume-Dumará, pp. 97-108.

Abstract: Based on a study of the 1996 city elections in Araruama RJ I analyse the network of political gifts, favours and agreements perceived by the social actors of a community dominated by the politics of factions. I discuss the parties formation and action in this context of factional politics, emphasizing the importance of personal relations in the construction of political alliances, as well as the temporary and vulnerable character of party affiliation, given the precarious relation between the political parties in their legal existence and the groups really mobilized during the elections.

Uniterms: Elections, gifts, factions, political parties

Aceito para publicação em 5 de junho de 1998.